

EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos à comunidade o primeiro número do ano de 2020, da Revista Práticas em Administração Pública (PAP), periódico que tem como principal objetivo disseminar o conhecimento teórico, científico e aplicado nas grandes áreas de Administração e Gestão Pública. Contamos, para isso, com um Conselho Editorial de pesquisadores com atuação nacional e internacional tanto nos meios acadêmicos quanto de gestão.

Este número, composto de quatro artigos e de um ensaio, traz discussões e contribuições relevantes para o entendimento de temáticas conjunturais acerca de temas econômicos, sociais e políticos, transversais e contemporâneos e suas repercussões sobre distintos segmentos da gestão pública para todos os entes federativos. De forma ampla, são discutidos assuntos concernentes ao clima ético na gestão pública a partir de evidências da literatura, aos gastos públicos na compra de serviços de saúde, à transparência das informações municipais, à democracia participativa e à participação cidadã, além da premente discussão sobre os desafios impostos à educação superior e às universidades públicas.

Especificamente, o volume quatro do número um apresenta, no primeiro artigo, de Ventura, Battistella, Costa, Moreira e Vargas, intitulado *“O estudo do clima ético na administração: um levantamento dos “hot topics” publicados entre 2008 e 2018”*, estudo bibliométrico sobre o clima ético nas principais áreas da administração a partir de pesquisa no banco de dados do sistema *Web of Science*, procurando identificar as principais categorias, autores, tipos de documentos, título das fontes, ano das publicações, instituições, agências de financiamento, idiomas e países destas publicações, assim como a identificação dos principais *“hot topics”*.

O segundo artigo, de Piuco, Bonato e Da Rosa, intitulado *“Serviços comprados em especialidades, exames de média e alta complexidades: um estudo dos gastos públicos e demandas reprimidas no município de Bento Gonçalves - RS”*, discute os gastos com especialidades e exames de média e alta complexidades oferecidos aos pacientes do Sistema Único de Saúde por meio de serviços comprados e a compatibilidade com a demanda desses serviços no município sul-rio-grandense. Essa análise possibilita aos gestores o conhecimento das informações e a utilização dos recursos com um melhor aproveitamento, reduzindo custos e demandas reprimidas.

O artigo seguinte, dos autores Franke, Visentini, Söthe e Santos, intitulado *“A transparência pública nos municípios integrantes do COREDE MISSÕES-RS e sua relação com os indicadores socioeconômicos”*, aborda discussão importante e crescente na pauta da gestão pública, ao analisar o nível de transparência, por meio da Escala Brasil Transparente (EBT), acerca das informações disponíveis

sobre a situação socioeconômica dos municípios do referido conselho. Essa problemática discute que, quando há transparência, teoricamente, há o fomento do *accountability* exercido entre o Estado e o cidadão, situação que estimula a cidadania e a consciência ética na Administração Pública.

E o quarto artigo, de Reis e Torres, intitulado “*O potencial para a democracia participativa dos conselhos municipais de Osasco e a limitada participação cidadã*”, discute a avaliação das contribuições potenciais à participação cidadã após a institucionalização dos conselhos municipais em Osasco – SP. Este processo discute como a participação da sociedade auxilia na formulação de políticas públicas como também desenvolve instrumentos sociais de controle às ações governamentais.

O volume encerra com o ensaio de Panizzi, intitulado “*A universidade e a sociedade no divã do psicanalista: dos desafios que se impõem à universidade, enquanto filha bastarda do estado*”, abordando oportunamente um dos temas contemporâneos mais ímprobos ao Estado, que é o desafio do ensino superior e o futuro das universidades públicas. Essa discussão tem sua importância amplificada em momentos de profunda crise social, econômica e política como observada no atual cenário, que exige resposta das instituições educacionais, as quais necessitam se reconstruir para exercer com efetividade e legitimidade seu papel social.

Por fim, faz-se pertinente o agradecimento aos autores, pareceristas e membros do Conselho Editorial que ajudaram a qualificar ainda mais este periódico. A esses colaboradores, nossos agradecimentos e o reiterado desejo de contar sempre com contribuições visando fomentar o debate acerca da Administração Pública.

A todos, uma boa leitura!

Prof. Dr. Daniel Arruda Coronel
Prof.^a. Dr.^a. Kelmara Mendes Vieira
Prof. Dr. Reisoli Bender Filho